

VOLKSWAGEN SERVIÇOS FINANCEIROS
BRASIL



Relatório de Gerenciamento de Riscos – Circular 3.477

1º Trimestre de 2012



INTRODUÇÃO	3
ASPECTOS QUALITATIVOS DAS ESTRUTURAS DE GERENCIAMENTO DE RISCOS	3
Risco Operacional	3
Risco de Mercado	7
Risco de Liquidez.....	10
Risco de Crédito	13
INFORMAÇÕES DO PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA (PR)	17
DÍVIDAS SUBORDINADAS POR PRAZO DE VENCIMENTO	17
INFORMAÇÕES RELATIVAS AO PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA EXIGIDO (PRE) E ADEQUAÇÃO AO PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA (PR)	18
INFORMAÇÕES RELATIVAS ÀS EXPOSIÇÕES A RISCO DE CRÉDITO	20
INFORMAÇÕES RELATIVAS AOS INSTRUMENTOS MITIGADORES DO RISCO DE CRÉDITO	23
INFORMAÇÕES RELATIVAS AO RISCO DE CRÉDITO DE CONTRAPARTE	24
INFORMAÇÕES RELATIVAS ÀS OPERAÇÕES DE VENDA DE ATIVOS FINANCEIROS	27
INFORMAÇÕES RELATIVAS ÀS OPERAÇÕES NÃO CLASSIFICADAS NA CARTEIRA DE NEGOCIAÇÃO	27



INTRODUÇÃO

A Circular nº 3.477/99 estabeleceu os critérios a serem observados sobre a divulgação de informações referentes à Gestão de Risco, Patrimônio de Referência Exigido (PRE) e adequação do Patrimônio de Referência (PR).

O objetivo deste relatório é informar o gerenciamento de riscos do Banco Volkswagen S.A. ("Instituição"), apresentando de forma detalhada as práticas de gestão e as políticas que compõem o gerenciamento de riscos da Instituição. Além disso, demonstra a necessidade da adequação do capital para cobrir tais riscos.

ASPECTOS QUALITATIVOS DAS ESTRUTURAS DE GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Instituição considera o gerenciamento de riscos fundamental para a tomada de decisão, proporcionando maior estabilidade, melhor alocação de capital e otimização da relação risco x retorno.

Risco Operacional

Risco Operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas, sistemas ou eventos externos. Esta definição inclui o risco legal definido como a possibilidade de perdas decorrentes de inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Instituição, multas, penalidades ou indenizações resultantes de ações de órgãos de supervisão e controle, indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela Instituição, bem como perdas decorrentes de decisão desfavorável em processos judiciais ou administrativos.

A Instituição considera os seguintes eventos de risco operacional:

- Fraude interna;
- Fraude externa;
- Demandas trabalhistas e segurança deficiente no local de trabalho;
- Práticas inadequadas relativas à clientes, produtos e serviços;
- Danos a ativos físicos próprios ou em uso pela Instituição;
- Aqueles que acarretem a interrupção das atividades da Instituição;
- Falhas em sistemas de tecnologia da informação;
- Falhas na execução, cumprimento de prazos e gerenciamento das atividades na Instituição.



Para atender aos objetivos estratégicos e ao adequado gerenciamento de riscos, a estrutura da Instituição está alinhada às orientações do grupo Volkswagen Financial Services AG, aos requerimentos do Novo Acordo de Basiléia – BIS II e às exigências do Conselho Monetário Nacional – CMN e Banco Central do Brasil - BACEN.

Desta forma, a Instituição implantou o gerenciamento deste risco como parte da atual estrutura de Governança Corporativa.

A Diretoria de Back Office foi definida como a responsável pela gestão. A estrutura de Risco Operacional, subordinada a essa Diretoria, controla e monitora a questão seguindo normas de órgãos reguladores e corporativas.

Principais papéis e responsabilidades associadas à gestão do risco operacional:

A) Diretoria (*Front Office, Middle Office e Back Office*)

- Aprovar a estrutura de Gerenciamento de Risco Operacional;
- Aprovar política de Risco Operacional e suas revisões no mínimo anualmente;
- Manifestar-se a cerca das ações a serem implementadas para a correção tempestiva das deficiências apontadas no Relatório de Gerenciamento de Risco Operacional;
- Responsabilizar-se pelas informações divulgadas no relatório de acesso público.

B) Diretoria de *Back Office*

- Implementar a estrutura aprovada de gerenciamento de Risco Operacional;
- Prover recursos para a estrutura aprovada;
- Promover a cultura de riscos e controles internos nas atividades regulares da Instituição;
- Ser o *sponsor* do Comitê de Risco Operacional e Compliance.

C) Gerenciamento de Risco Operacional

- Definir metodologias, ferramentas, políticas e procedimentos internos de risco operacional;
- Identificar, avaliar, monitorar e controlar os riscos operacionais da Instituição;
- Estabelecer e monitorar os planos de ações para a mitigação dos riscos operacionais;
- Monitorar a exposição da Instituição ao risco operacional;
- Orientar os gestores das áreas sobre o correto reporte das informações de eventos de perdas de risco operacional;
- Disseminar e promover a cultura de risco operacional aos funcionários e aos prestadores de serviços terceirizados;



- Capacitar a equipe de trabalho, coordenar e aplicar treinamentos sobre a metodologia de risco operacional utilizada;
- Documentar, armazenar e gerenciar a base de perdas operacionais e reportá-las à Diretoria para implementação de planos de ação e redução das perdas;
- Coordenar o Comitê de Risco Operacional e Compliance;
- Desenvolver, monitorar e reportar os indicadores de risco que serão utilizados na gestão de risco operacional;
- Atender as demandas de órgãos reguladores, órgãos fiscais e auditorias;
- Disponibilizar os planos de ação corretiva para monitoramento da área de Governança Corporativa, Compliance e Controles Internos;
- Realizar, com periodicidade mínima anual, testes de avaliação dos controles de riscos operacionais implementados;
- Avaliar e monitorar os riscos operacionais do outsourcing, conforme procedimento 3324.
- Elaborar, com periodicidade mínima anual, relatórios com a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco operacional;
- Estabelecer, implementar e divulgar um processo estruturado de comunicação e informação do gerenciamento de riscos operacionais;
- Disponibilizar a estrutura de gerenciamento de risco operacional em relatórios de acesso público.

D) Normativas

Conjunto de políticas, normas e manuais internos voltados à documentação e orientação das estratégias, métodos e procedimentos. Dentre os documentos adotados, destacam-se:

- “POLÍTICA DE RISCO OPERACIONAL”: documento que define as diretrizes, os conceitos, as responsabilidades para o gerenciamento de risco operacional com o intuito de identificar, avaliar, mensurar, mitigar, controlar e monitorar os riscos operacionais.
- “POLÍTICA DE OUTSOURCING” – documento que define diretrizes, conceitos, papéis e responsabilidades para a minimização dos riscos que a contratação de serviços terceirizados podem trazer para a Instituição.
- “MANUAL DE GESTÃO DO RISCO OPERACIONAL”: descreve o modelo de gerenciamento adotado pela Instituição, contemplando processos, procedimentos e sistemas utilizados para esta finalidade.
- “MANUAL DE BASE DE DADOS DE PERDAS DE RISCOS OPERACIONAIS”: descreve o modelo de gerenciamento de perdas associadas a Riscos Operacionais adotado pela Instituição, contemplando processos, procedimentos, reportes e sistemas utilizados para esta finalidade.



E) Metodologias

A metodologia contempla os seguintes instrumentos:

- Entendimento dos processos executados na Instituição para o cumprimento de seus objetivos de negócio;
- Identificação dos riscos associados aos processos, considerando a relevância da cada risco e a existência de controles internos associados;
- Mecanismo de avaliação, assegurando a avaliação e qualificação dos riscos e controles operacionais em base periódica, contribuindo para a determinação do impacto desses riscos e do grau de eficácia dos controles internos (vulnerabilidade);
- Testes de Controle que são realizados para confirmar se os processos de mitigação de riscos identificados (controles) foram colocados em prática;
- Definição e acompanhamento de planos de ação com o objetivo de diminuir / mitigar os riscos operacionais existentes;
- Definição e acompanhamento de Indicadores de Riscos Operacionais relacionados às classificações de riscos do BACEN;
- Ações contingenciais para os riscos relevantes de descontinuidade dos negócios;
- Mapeamento e armazenamento das perdas históricas associadas a risco operacional;
- Avaliação dos prestadores de serviços classificados como Outsourcing.

A Instituição possui estrutura de gestão de Risco Operacional que inclui política e manual de procedimentos, bem como plano de continuidade de negócios que apresentam os principais conceitos, metodologia utilizada e responsabilidades de cada departamento envolvido no processo.

O controle é realizado de forma sistêmica, por meio de metodologias condizentes com as melhores práticas, visando à mitigação de riscos operacionais com a implementação de planos de ações oriundos dos mapeamentos de processos e avaliação de controles, além do atendimento de critérios regulamentares vigentes.

O processo de comunicação e informação dos riscos ocorre com a periodicidade trimestral no Comitê de Risco Operacional e Compliance, composto pelos departamentos de Risco, Gerência Executiva de Finanças e Administração, Planejamento Estratégico, Tecnologia da Informação, Diretoria de Front Office, Middle Office e Back Office. O Comitê de Risco Operacional e Compliance tem como objetivo definir e/ou validar os planos de ação, discutir os impactos e estabelecer medidas de ação corretiva. Além disso, é realizado treinamento com os funcionários, estagiários e colaboradores sobre a importância do processo de Gestão de Risco Operacional.



Risco de Mercado

Risco de Mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas em função da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Entre os eventos de risco de mercado estão os das operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (*commodities*).

Visando atender aos objetivos estratégicos e ao adequado gerenciamento, a estrutura de gerenciamento de riscos de mercado da Instituição está alinhada às orientações do grupo Volkswagen Financial Services AG, aos requerimentos do Novo Acordo de Basileia – BIS II e às exigências do CMN e BACEN.

Dessa forma, a Instituição implementou uma função voltada ao gerenciamento deste risco como parte da atual estrutura de Governança Corporativa.

Em conformidade com a Resolução 3.464/07 a área de Gerenciamento de Risco de Mercado atua de forma independente das áreas de Negócios, e é subordinada à Diretoria de Middle Office. Atendendo às recomendações e normas dos órgãos reguladores, e utilizando-se de metodologias e modelos alinhados às melhores práticas do mercado nacional e internacional, diariamente o risco de mercado é mensurado, avaliado e monitorado, de acordo com as políticas, diretrizes e limites operacionais estabelecidos em Comitê específico.

Principais papéis e responsabilidades associadas à gestão do risco de mercado:

A) Diretoria

Responsável em prover os recursos necessários de acordo com a estrutura aprovada e anualmente referendando as políticas, processos e procedimentos de acordo com as estratégias corporativas, promovendo a cultura de controles internos nas atividades regulares da organização.

B) Gerenciamento de Risco de Mercado

A Instituição efetua a gestão do risco de mercado da Instituição e das demais instituições do conglomerado financeiro. Dentre suas atribuições destacam-se:

- Definir a metodologia, ferramentas, políticas e procedimentos internos;
- Utilizar sistemas para identificar, avaliar, monitorar e controlar os riscos de mercado do conglomerado financeiro;
- Monitorar a execução da metodologia de gestão de risco de mercado na Instituição;
- Monitorar a exposição da Instituição em relação aos limites estabelecidos;



- Elaborar relatórios gerenciais para reportar o risco de mercado para os departamentos afetados, para a diretoria e para a matriz Volkswagen Financial Services AG;
- Reportar imediatamente ao Comitê de Tesouraria os casos em que sejam identificados excessos em relação aos limites estabelecidos;
- Identificar os riscos inerentes à reformulação ou à criação de novas atividades e produtos, bem como analisar, previamente ao seu lançamento, a adequação aos procedimentos e controles adotados pela Instituição;
- Capacitar a equipe de trabalho, coordenando a aplicação de treinamentos sobre a metodologia utilizada, quando necessário.

A estrutura dedicada ao controle e monitoramento do risco de mercado atua por meio de normativos e metodologias condizentes com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição da Instituição.

C) Normativas

Conjunto de políticas, normas e manuais internos voltados à documentação e orientação das estratégias, métodos e procedimentos relativos ao gerenciamento do risco de mercado. Dentre os documentos adotados, destacam-se:

- “POLÍTICA DE GERENCIAMENTO DE RISCO DE MERCADO”: documento com enfoque estratégico, que define as diretrizes, conceitos, estrutura organizacional, papéis e responsabilidades;
- “MANUAL DE GESTÃO DE RISCOS DE MERCADO”: descreve o modelo de gerenciamento de risco de mercado adotado pela Instituição, contemplando processos, procedimentos e sistemas utilizados para esta finalidade;
- “NORMATIVO PARA CLASSIFICAÇÃO DE OPERAÇÕES NA CARTEIRA DE NEGOCIAÇÃO OU FORA DA CARTEIRA”: estabelece critérios mínimos para classificação das operações da organização como “Carteira de Negociação” ou “Fora da Carteira de Negociação” e determina os procedimentos de reclassificação e monitoramento da classificação das operações de forma controlada e eficiente.

D) Metodologias

A metodologia contempla os seguintes instrumentos:

- **Análise de Descasamentos de Ativos e Passivos:** agrupamento de saldos marcados a mercado, por moeda e por carteira, com seu respectivo prazo de duração. Possui o macro-objetivo de avaliar preliminarmente os descasamentos entre ativos e passivos;



- **VaR (Value at Risk ou Valor em Risco):** pior estimativa do valor de perda que poderá ocorrer em uma carteira (conjunto de investimentos da instituição financeira) em função das oscilações dos preços dos ativos no mercado no período de tempo, sobre condições normais de mercado, em um dado intervalo de confiança;
- **Aplicação de Cenários de Estresse:** visão gerencial de potencial perda de capital da instituição (patrimônio) com a aplicação de testes de cenários de alta volatilidade para um horizonte de tempo indeterminado, sendo considerados como apoio no estabelecimento e revisão das políticas e limites internos de exposição ao risco de mercado para fins de adequação de capital;
- **Análise de Sensibilidade:** medida que demonstra o impacto que a carteira sofreria caso um determinado fator de risco se alterasse em uma determinada unidade.

E) Limites Operacionais

A estrutura de limites adotada tem por objetivo permitir a atuação do departamento de Tesouraria de forma transparente e eficiente, mediante as restrições para contratação e carregamento de posições. Os principais limites operacionais adotados pela Instituição são:

- Limites de *VaR* (perdas máximas potenciais);
- Limite de descasamento entre Ativos e Passivos.

F) Processo

O Gerenciamento de Risco de Mercado é realizado diariamente através do sistema Integral Trust. O processo de comunicação e informação de risco ocorre com a periodicidade diária ao departamento de Tesouraria e mensal através de apresentação em Comitê de Tesouraria composto pelos departamentos de Tesouraria, Risco, Gerência Executiva de Administração e Finanças, Administração de Operações Gerais, Diretoria de Middle Office e Diretoria de Back Office. Além disso, a comunicação é realizada aos membros do Comitê, com a periodicidade menor que a citada anteriormente, em caso de extrapolação dos limites estabelecidos.

A Instituição possui políticas, manual de processo e instruções operacionais de trabalho que apresentam os principais conceitos, metodologia utilizada, limites estabelecidos em Comitê específico e as responsabilidades de cada departamento envolvido na gestão de Risco de Mercado.

O controle de riscos é realizado de forma sistêmica por meio de metodologias e modelos condizentes com as melhores práticas, permitindo embasar decisões estratégicas da Instituição com agilidade e elevado grau de confiança, além do atendimento de critérios regulamentares vigente.



São estabelecidos limites de VaR, descasamento de ativos e passivos e liquidez, os quais são monitorados pelos departamentos de Administração de Operações Gerais e de Risco da Matriz.

Risco de Liquidez

Risco de Liquidez é a possibilidade da Instituição não honrar com seus compromissos em razão dos descasamentos entre pagamentos e recebimentos, considerando as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

Visando atender aos objetivos estratégicos e ao adequado gerenciamento, a estrutura de gerenciamento de risco de liquidez da Instituição está alinhada às orientações do grupo Volkswagen Financial Services AG, aos requerimentos do Novo Acordo de Basiléia – BIS II e às exigências do CMN e BACEN.

Dessa forma, a Instituição implementou uma função voltada ao gerenciamento deste risco como parte da atual estrutura de Governança Corporativa.

Em conformidade com a Resolução 2.804/00, a área de Gerenciamento de Risco de Liquidez atua de forma independente das áreas de Negócios e é subordinada à Diretoria de Middle Office. Atendendo às recomendações e normas dos órgãos reguladores, e utilizando-se de metodologias e modelos alinhados às melhores práticas do mercado nacional e internacional, diariamente o risco de liquidez é mensurado, avaliado e monitorado, de acordo com as políticas, diretrizes e limites operacionais estabelecidos em Comitê específico.

Principais papéis e responsabilidades associadas à gestão do risco de liquidez:

A) Diretoria

Responsável em prover os recursos necessários de acordo com a estrutura aprovada e anualmente referendando as políticas, processos e procedimentos de acordo com as estratégias corporativas, promovendo a cultura de controles internos nas atividades regulares da organização.

B) Gerenciamento de Risco de Liquidez

A Instituição efetua a gestão do risco de mercado da Instituição e das demais instituições do conglomerado financeiro. Dentre suas atribuições destacam-se:

- Definir a metodologia, ferramentas, políticas e procedimentos internos;
- Utilizar sistemas para identificar, avaliar, monitorar e controlar o risco de liquidez do conglomerado financeiro;
- Monitorar a execução da metodologia de gestão de risco de liquidez na Instituição;



- Monitorar a exposição da Instituição em relação aos limites estabelecidos;
- Elaborar relatórios gerenciais para reportar o risco de liquidez para os departamentos afetados, para a diretoria e para a matriz Volkswagen Financial Services AG;
- Reportar imediatamente ao Comitê de Tesouraria os casos em que sejam identificados excessos em relação aos limites estabelecidos;
- Identificar os riscos inerentes à reformulação ou à criação de novas atividades e produtos, bem como analisar, previamente ao seu lançamento, a adequação aos procedimentos e controles adotados pela Instituição;
- Capacitar a equipe de trabalho, coordenando a aplicação de treinamentos sobre a metodologia utilizada, quando necessário.

A estrutura dedicada ao controle e monitoramento do risco de liquidez atua por meio de normativos e metodologias condizentes com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição da Instituição.

C) Normativas

Conjunto de políticas, normas e manuais internos voltados à documentação e orientação das estratégias, métodos e procedimentos relativos ao gerenciamento do risco de liquidez. Dentre os documentos adotados, destacam-se:

- “POLÍTICA DE GERENCIAMENTO DE RISCO DE LIQUIDEZ”: documento com enfoque estratégico, que define as diretrizes, conceitos, estrutura organizacional, papéis e responsabilidades;

D) Metodologias

A metodologia contempla os seguintes instrumentos:

- **Fluxo de Caixa:** É a previsão de entradas e saídas de recursos por um determinado período, com o objetivo de garantir a solidez financeira da Instituição no curto, médio e longo prazo.
- **Teste de Aderência:** Técnica que consiste em verificar se os resultados do modelo estão de acordo com os resultados apurados, com o objetivo de validar o cenário elaborado para necessidade de caixa e se suas premissas estão dentro de um padrão minimamente aceitável de variação.
- **Colchão de Liquidez:** Formado pelos recursos em caixa que podem ser usados para pagamento das obrigações de uma Instituição, em momentos de volatilidade do mercado.
- **Teste de Estresse:** Técnica de avaliação da resposta de uma carteira de ativos ou obrigações em relação a variações extremas de liquidez que influenciam essa carteira. O propósito do teste



de estresse é quantificar a perda de uma carteira caso uma situação adversa de mercado específica ocorra.

- **Plano de Contingência de Liquidez:** Procedimento de gestão a ser adotado quando a projeção de liquidez em curto prazo indica a definição de níveis inferiores ou no caso de falta de recursos e agravamento da crise no mercado financeiro.

E) Limites Operacionais

A estrutura de limites adotada tem por objetivo permitir a atuação do departamento de Tesouraria de forma transparente e eficiente, mediante as restrições para contratação e carregamento de posições. Os principais limites operacionais adotados pela Instituição são:

- Limite de Colchão de Liquidez;
- Limites Bancários;

F) Processo

O Gerenciamento de Risco de Liquidez é realizado diariamente através do sistema *Integral Trust*. O processo de comunicação e informação de risco ocorre com a periodicidade diária ao departamento de Tesouraria e mensal através de apresentação em Comitê de Tesouraria composto pelos departamentos de Tesouraria, Risco, Gerência Executiva de Finanças e Administração, Administração de Operações Gerais, Diretoria de Middle Office e Diretoria de Back Office. Além disso, a comunicação é realizada aos membros do Comitê, com a periodicidade menor que a citada anteriormente, em caso de extrapolação dos limites estabelecidos.

A Instituição possui políticas, manual de processo e instruções operacionais de trabalho que apresentam os principais conceitos, metodologia utilizada, limites estabelecidos em Comitê específico e as responsabilidades de cada departamento envolvido na gestão de risco de liquidez.

O controle de riscos é realizado de forma sistêmica por meio de metodologias e modelos condizentes com as melhores práticas, permitindo embasar decisões estratégicas da Instituição com agilidade e elevado grau de confiança, além do atendimento de critérios regulamentares vigente.

São estabelecidos limites de colchão de liquidez e limites bancários, os quais são monitorados pelos departamentos de Administração de Operações Gerais e de Risco da Matriz.



Risco de Crédito

Risco de Crédito é a possibilidade de ocorrência de perda decorrente do não cumprimento de seus compromissos, por parte do devedor, nas datas acordadas previamente. Este risco está relacionado a fatores externos à empresa e podem prejudicar o pagamento do crédito concedido.

O Risco de Crédito varia de acordo com: o perfil dos clientes, produtos e serviços oferecidos, valor solicitado e a instituição que concede o crédito.

Visando atender aos objetivos estratégicos e à adequada gestão de riscos, a estrutura de Gerenciamento de Risco de crédito da Instituição está alinhada às orientações da Matriz Volkswagen Financial Services AG, aos requerimentos do Novo Acordo de Basileia – BIS II e às exigências do CMN e BACEN.

Dessa forma, a Instituição implantou uma função voltada ao gerenciamento deste risco como parte da atual estrutura de Governança Corporativa.

A Diretoria de Back Office foi definida como a responsável pela gestão do risco de crédito. A estrutura de Risco de Crédito subordinada a essa Diretoria, é responsável pelo controle e monitoramento do risco de crédito seguindo normas de órgãos reguladores e normas corporativas.

Os principais papéis e responsabilidades associadas à gestão do risco de crédito são:

A) Diretoria

Responsável por prover os recursos necessários à gestão do risco de crédito de acordo com a estrutura aprovada, e referendando as políticas, processos e procedimentos de acordo com as estratégias corporativas, permitindo identificar, mensurar, controlar e mitigar os riscos associados a cada instituição individualmente e ao conglomerado financeiro.

B) Gerenciamento de Risco de Crédito

A Instituição efetua a gestão do risco de crédito do conglomerado financeiro e das respectivas instituições integrantes. Dentre suas atribuições destacam-se:

- Acompanhamento das atividades de crédito e cobrança;
- Aprimoramento, aferição e elaboração de inventários de seus modelos estatísticos e julgamentais de crédito e cobrança;
- Monitoramento das concentrações de inadimplência e perdas;
- Identificação de novos componentes que ofereçam riscos de crédito;



A estrutura dedicada ao controle e monitoramento do risco de crédito atua por meio de normativos e metodologias condizentes com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição da Instituição.

C) Normativas

Conjunto de políticas e normas internas voltado à documentação e orientação das estratégias, métodos e procedimentos relativos ao gerenciamento do risco de crédito. Todo esse conjunto é submetido à aprovação de um Comitê, composto por membros de departamentos envolvidos nos processos por meio de duas reuniões realizadas mensalmente.

A primeira reunião desse Comitê tem como principal objetivo, o posicionamento quanto à evolução da carteira de crédito, inadimplência, recuperações e concentrações. A segunda reunião tem como atribuição avaliar, recomendar e aprovar as estratégias e políticas do risco de crédito.

D) Metodologias

A metodologia contempla os seguintes instrumentos:

- Monitorar, mensurar, controlar e mitigar políticas para concessão e gestão de crédito e cobrança;
- Monitoramento dos modelos para concessão;
- Descrição, adequação e gestão de garantias;
- Atendimento e alinhamento às Normas Internacionais (IFRS) e às exigências do CMN e BACEN;
- Modelagem analítica de *scoring* para concessão, gestão de crédito e cobrança;
- Modelos de rating de crédito;
- Processo para realização de testes de *stress*;
- Apuração e cálculo do valor futuro dos riscos das carteiras – *forecast*;
- Especificação técnica e funcional de ferramentas para concessão, gestão de crédito e cobrança – operacionais e estratégicos;
- Estabelecimento de metodologia para construção e divulgação de relatórios analíticos para o risco de crédito.

E) Políticas

As descrições abaixo estabelecem o processo e as responsabilidades pela definição e administração das políticas de crédito e cobrança varejo e corporate, que abrangem: prazo, carência, percentual de entrada, alçadas de aprovação, aceitação de garantias, período das ações (régua de cobrança), valores (acordos, propostas, renegociações de dívida, confissões de dívida), aplicáveis aos produtos do Conglomerado Financeiro Volkswagen.



As políticas relacionadas à concessão de crédito e à cobrança estabelecem:

- As condições operacionais aprovadas pela Instituição;
- Os valores e correspondentes níveis de alçada para aprovação.

Estas políticas e as exceções devem ser monitoradas e ajustadas pelo departamento de Risco, para que a concessão de crédito e/ou a cobrança ocorra com a qualidade, segurança e nível de risco definidos pela Instituição. Alterações devem ser feitas também para adequá-las à realidade operacional e comercial do momento.

PROCESSO DE ELABORAÇÃO

As políticas são elaboradas pelo departamento de Risco, com o suporte dos demais departamentos envolvidos no processo, principalmente os departamentos de Crédito ao Varejo, Crédito Corporate e Cobrança, e são aprovadas pelos Comitês relacionados abaixo, conforme o tipo de política:

- Comitê de Crédito Corporativo;
- Comitê de Crédito e Cobrança;
- Comitê de Prevenção e Combate aos Crimes de Lavagem de dinheiro, Corrupção e Financiamento ao Terrorismo

RESPONSABILIDADE

É responsabilidade do departamento de Risco tomar as seguintes providências para a implantação da política:

- Envolver os departamentos relacionados com o assunto, principalmente os departamentos de Crédito (Varejo e Corporate) e Cobrança quanto à inclusão, alteração ou exclusão da política;
- Submeter a proposta da política definida ao respectivo Comitê (conforme descrito no item anterior);
- Adaptar os parâmetros nos sistemas informatizados, quando aplicável;
- Providenciar as adequações das políticas nos procedimentos para posterior divulgação ao público interno.
- Manter toda a documentação utilizada no levantamento e aprovação das políticas, possibilitando futuras verificações e rastreamento das políticas vigentes em períodos anteriores;



- Monitorar permanentemente a aplicação das políticas (alçadas e processos) e resultados alcançados, bem como tomar ações visando o imediato ajuste, sempre que for considerado necessário.

É responsabilidade do departamento de Crédito ao Varejo, Crédito Corporate e Cobrança:

- Avaliar os impactos das políticas em processos operacionais e sistemas informatizados. Havendo necessidade de ajustes em sistemas, sugerir ao departamento de Riscos as providências cabíveis e imediatas;
- Implantar as políticas junto ao pessoal envolvido na análise e concessão de crédito e cobrança (funcionários dos departamentos, escritórios de advocacia, concessionárias, promotores de venda, etc.);
- Realizar *spot check* de crédito e cobrança de documentos, processos e sistemas;
- Fornecer dados e subsídios para que o departamento de Risco, avalie, desenvolva e busque aprovação da política na alta gerência.



INFORMAÇÕES DO PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA (PR)

A adequação do capital e o uso de capital regulatório são monitorados pela Instituição, por meio de técnicas baseadas em orientações estabelecidas pelo Comitê Basileia, na forma implementada pelo CMN e BACEN, para fins de supervisão.

O capital regulatório está dividido em dois níveis:

- a) Patrimônio de Referência Nível I: composto pelo capital social, reserva de lucros e ajustes de avaliação patrimonial;
- b) Patrimônio de Referência Nível II: dívida subordinada qualificada nos termos do núcleo de subordinação.

Abaixo segue composição do Patrimônio de Referência para o Consolidado Econômico Financeiro findo nos trimestres:

Em milhares de Reais

Apuração do Patrimônio de Referência (PR)	Mar 2011	Jun 2011	Set 2011	Dez 2011	Mar 2012
Patrimônio Líquido	1.942.289	2.008.307	2.048.337	1.987.201	1.966.173
Patrimônio de Referência Nível I	1.942.289	2.008.307	2.048.337	1.987.201	1.966.173
Instrumentos de Dívida Subordinada	454.031	986.803	987.202	987.905	1.011.182
Redução do Instrumento de Dívida Subordinada em relação ao excesso de 50% do PR Nível I					(28.095)
Patrimônio de Referência Nível II	454.031	986.803	987.202	987.905	983.087
Patrimônio de Referência	2.396.320	2.995.110	3.035.539	2.975.106	2.949.260

DÍVIDAS SUBORDINADAS POR PRAZO DE VENCIMENTO

Abaixo segue composição por prazo de vencimento das notas de negociação sob a condição de dívidas subordinadas nos termos de núcleo de subordinação com resgate final no vencimento, custodiadas na Central de Custódia de Liquidação Financeira de Títulos – CETIP, cujo valor do Nível II do PR é:



Em milhares de Reais

Vencimento	Mar 2011	Jun 2011	Set 2011	Dez 2011	Mar 2012
Superior a 5 anos	212.838	855.292	764.710	655.853	661.741
Entre 4 e 5 anos	158.170	-	90.876	196.219	209.624
Entre 3 a 4 anos	-	122.591	126.994	131.062	134.905
Entre 2 e 3 anos	83.023	8.920	-	-	-
Entre 1 e 2 anos	-	-	4.622	4.771	4.912
Total	454.031	986.803	987.202	987.905	1.011.182

INFORMAÇÕES RELATIVAS AO PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA EXIGIDO (PRE) E ADEQUAÇÃO AO PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA (PR)

Patrimônio de Referência Exigido (PRE) é o patrimônio exigido das instituições financeiras para fazer frente às exposições inerentes aos riscos de suas atividades. O cálculo, baseado na regulamentação em vigor, alcança os registros nas contas ativas, passivas e de compensação. Sob a ótica do BACEN, as instituições devem manter, permanentemente, capital (Patrimônio de Referência - PR) compatível com os riscos.

O PRE é calculado considerando a soma das seguintes parcelas de patrimônio exigido:

$$\text{PRE} = \text{Pepr} + \text{Pcam} + \text{Pjur} + \text{Pcom} + \text{Pacs} + \text{Popr} + \text{AdicBC}$$

Onde:

Pepr - exposições ponderadas pelo nível de risco a elas atribuído;

Pcam - exposições em ouro, moeda estrangeira e em operações sujeitas à variação cambial;

Pjur - operações sujeitas à variação das taxas de juros;

Pcom - operações sujeitas à variação do preço das mercadorias - *commodities*;

Pacs - operações sujeitas à variação do preço de ações; e

Popr - patrimônio exigido para cobertura do risco operacional.

AdicBC é o aumento do valor do PRE da instituição que o BACEN pode determinar eventualmente.

Além disso, a Instituição deve manter PR suficiente para fazer face ao risco de taxa de juros das operações não classificadas como carteira de negociação, ou seja, a carteira *Banking*. A carteira *Banking* é calculada por meio da metodologia de VaR (Value at Risk ou Valor em Risco).



Apresentamos a seguir a evolução da alocação de capital para o Consolidado Econômico Financeiro. O risco operacional foi calculado pelo método da abordagem padronizada alternativa.

Em milhares de Reais

Risco de Crédito	Mar 2011	Jun 2011	Set 2011	Dez 2011	Mar 2012
Operações					
Operações de Crédito e Arrendamento líquido de Provisão (não varejo)	1.218.444	1.311.637	1.579.693	1.443.383	1.418.352
Operações de Crédito e Arrendamento líquido de Provisão (varejo)	544.134	519.325	441.659	556.308	595.656
Créditos Tributários	126.459	116.611	110.431	110.856	108.684
Compromisso de Crédito	47.511	46.979	48.216	47.441	54.136
Operações de TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos	3.169	3.552	7.687	5.598	5.655
Garantias Prestadas - avais e fianças e Coobrigações	3.378	37.027	29.083	24.507	226
Outros Ativos	87.669	80.774	90.747	70.514	86.793
Valor total alocado - PEPR	2.030.764	2.115.905	2.307.516	2.258.607	2.269.502
Risco Operacional	Mar 2011	Jun 2011	Set 2011	Dez 2011	Mar 2012
Linhas de Negócio					
Varejo	20.563	20.563	23.020	23.020	25.310
Comercial	43.663	43.663	49.566	49.566	55.751
Finanças Corporativas	144	144	-	-	-
Negociação e Vendas	(1.319)	(1.319)	(4.937)	(4.937)	(10.557)
Serviços de Agentes Financeiros	-	-	-	-	-
Adicional CONEF	-	-	2.494	2.494	2.596
Valor total alocado - POPR	63.051	63.051	70.143	70.143	73.100
Risco de Mercado - Banking	Mar 2011	Jun 2011	Set 2011	Dez 2011	Mar 2012
Parcelas					
Prefixada em Real	10.787	7.001	8.986	9.279	11.255
Cupom de taxa de juros	4.974	3.246	5.903	6.741	3.269
Valor total alocado - RBAN	15.761	10.247	14.889	16.020	14.524
Patrimônio de Referência (PR)	2.396.320	2.995.110	3.035.539	2.975.106	2.949.260
Patrimônio de Referência Exigido (PRE)	2.093.815	2.178.956	2.377.659	2.328.750	2.342.602
Índice de Basileia	12,6%	15,1%	14,1%	14,1%	13,9%
Risco de Mercado Banking (RBAN)	15.761	10.247	14.889	16.020	14.524
Margem (Folga de Capital)	286.744	805.907	642.991	630.336	592.134

Segue a evolução da parcela de alocação de capital para risco de crédito, segmentada por Fator de Ponderação de Risco (FPR), conforme determinação do BACEN:



Em milhares de Reais

Risco de Crédito	Mar 2011	Jun 2011	Set 2011	Dez 2011	Mar 2012
FPR de 20%	83	718	5.306	350	8.841
FPR de 50%	50.680	50.727	56.117	53.232	57.881
FPR de 75%	544.134	556.095	470.483	580.499	595.656
FPR de 100%	1.382.893	1.466.617	1.551.171	1.589.544	1.582.877
FPR de 150%	-	-	193.770	6.031	5.700
FPR de 300%	52.974	41.748	30.669	28.951	18.547
Valor total alocado - PEPR	2.030.764	2.115.905	2.307.516	2.258.607	2.269.502

INFORMAÇÕES RELATIVAS ÀS EXPOSIÇÕES A RISCO DE CRÉDITO

Com o objetivo de favorecer a melhor compreensão da carteira da Instituição, seguem informações relativas às exposições do risco de crédito. Até dezembro de 2011, a exposição da carteira de crédito inclui as operações cedidas com retenção substancial dos riscos e benefícios.

Valor total das exposições ao risco de crédito e a média dos trimestres

Em milhares de reais

Exposição	Exposição da Carteira de Crédito				
	Mar 2011	Jun 2011	Set 2011	Dez 2011	Mar 2012
Total de Exposição	18.364.826	19.378.224	20.255.216	20.943.602	21.033.013
Média do Trimestre	18.066.449	18.954.888	19.909.665	20.551.677	20.898.297



Por fator de ponderação de riscos (FPR)

Em milhares de reais

Exposição	Exposição da Carteira de Crédito				
	Mar 2011	Jun 2011	Set 2011	Dez 2011	Mar 2012
FPR de 75%	6.783.645	6.922.775	5.888.711	7.257.532	7.480.973
FPR de 100%	11.581.182	12.455.449	13.160.332	13.645.469	13.515.092
FPR de 150%	-	-	1.206.174	40.601	36.948
Total de Exposição	18.364.826	19.378.224	20.255.216	20.943.602	21.033.013

Em milhares de reais

Exposição	Exposição média do Trimestre da Carteira de Crédito				
	Mar 2011	Jun 2011	Set 2011	Dez 2011	Mar 2012
FPR de 75%	6.675.823	6.877.144	6.280.642	6.221.825	7.418.627
FPR de 100%	11.390.626	12.077.744	12.885.677	13.358.297	13.441.381
FPR de 150%	-	-	743.347	971.555	38.289
Total de Exposição	18.066.449	18.954.888	19.909.665	20.551.677	20.898.297

Por Regiões Geográficas

Em milhares de reais

Regiões geográficas	Exposição da Carteira de Crédito				
	Mar 2011	Jun 2011	Set 2011	Dez 2011	Mar 2012
Região Nordeste	2.975.620	3.181.878	3.385.798	3.513.903	3.596.488
Região Sudeste	8.511.742	8.974.250	9.326.238	9.562.637	9.460.857
Região Centro-Oeste	3.131.993	3.300.566	3.460.170	3.585.336	3.700.066
Região Sul	3.745.471	3.921.531	4.083.011	4.281.727	4.275.601

Total de Exposição	18.364.826	19.378.224	20.255.216	20.943.602	21.033.013
---------------------------	-------------------	-------------------	-------------------	-------------------	-------------------

Em milhares de reais

Regiões geográficas	Exposição média do Trimestre da Carteira de Crédito				
	Mar 2011	Jun 2011	Set 2011	Dez 2011	Mar 2012
Região Nordeste	2.910.737	3.098.123	3.317.402	3.447.915	3.558.544
Região Sudeste	8.409.180	8.781.972	9.171.561	9.393.119	9.445.771
Região Centro-Oeste	3.063.696	3.235.165	3.399.085	3.523.602	3.637.942
Região Sul	3.682.835	3.839.627	4.021.618	4.187.040	4.256.040

Total de Exposição	18.066.449	18.954.888	19.909.665	20.551.677	20.898.297
---------------------------	-------------------	-------------------	-------------------	-------------------	-------------------



Por setor econômico

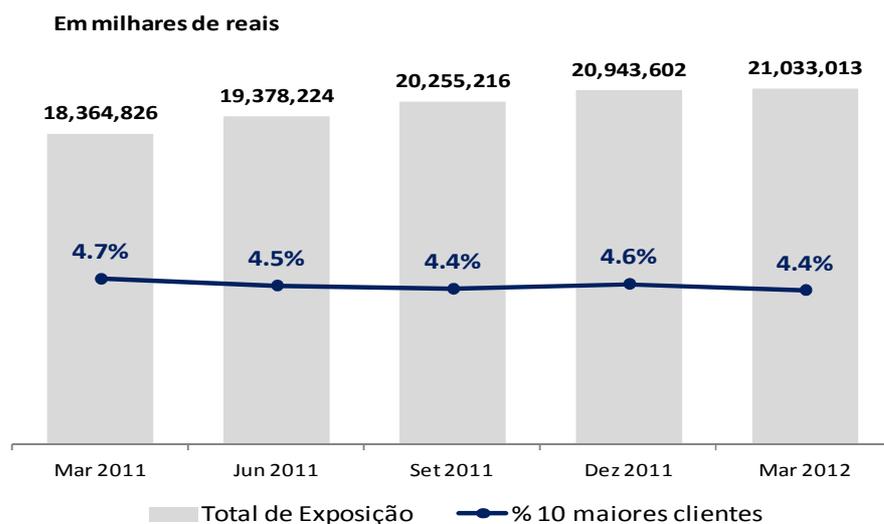
Em milhares de reais

Exposição	Exposição da Carteira de Crédito				
	Mar 2011	Jun 2011	Set 2011	Dez 2011	Mar 2012
Rural	30.504	34.559	35.573	36.143	40.362
Indústria	910.332	980.071	1.032.840	1.059.391	1.050.122
Comércio	4.502.700	4.782.239	5.068.064	5.403.347	5.251.083
Intermediários Financeiros	2.507	2.881	3.542	4.163	5.122
Outros Serviços	6.124.520	6.643.795	7.010.580	7.126.219	7.152.925
Pessoa Física	6.787.576	6.927.272	7.096.479	7.304.545	7.522.699
Habitação	6.688	7.407	8.138	9.795	10.700
Total de Exposição	18.364.826	19.378.224	20.255.216	20.943.602	21.033.013

Em milhares de reais

Exposição	Exposição média do Trimestre da Carteira de Crédito				
	Mar 2011	Jun 2011	Set 2011	Dez 2011	Mar 2012
Rural	30.022	33.692	35.327	36.077	38.081
Indústria	894.521	963.150	1.020.751	1.049.504	1.046.093
Comércio	4.451.524	4.607.252	4.925.021	5.177.014	5.203.982
Intermediários Financeiros	2.179	2.781	3.339	3.964	4.673
Outros Serviços	6.002.582	6.459.188	6.890.613	7.079.306	7.132.868
Pessoa Física	6.679.234	6.881.619	7.026.805	7.196.398	7.462.208
Habitação	6.387	7.206	7.810	9.415	10.393
Total de Exposição	18.066.449	18.954.888	19.909.665	20.551.677	20.898.297

Percentual das exposições dos dez maiores clientes





Montante das operações em atraso por faixas

Em milhares de reais

Faixas de Atraso	Operações de Crédito em Atraso				
	Mar 2011	Jun 2011	Set 2011	Dez 2011	Mar 2012
Até 60 dias	1.863.873	1.712.930	1.990.803	2.300.662	2.768.322
Entre 61 e 90 dias	70.195	110.831	90.552	122.433	147.955
Entre 91 e 180 dias	132.725	161.130	207.802	209.862	289.384
Acima de 180 dias	192.162	199.781	234.108	263.797	295.009
Total de Exposição em Atraso	2.258.956	2.184.672	2.523.265	2.896.754	3.500.671

Operações baixadas para prejuízo

Em milhares de reais

Baixas para prejuízo	Fluxo de operações baixadas para prejuízo no Trimestre				
	Mar 2011	Jun 2011	Set 2011	Dez 2011	Mar 2012
Total de baixas para prejuízo	53.809	64.203	70.773	69.665	93.804

Montante de provisões para perdas

Em milhares de reais

PDD	Provisão da Carteira de Crédito				
	Mar 2011	Jun 2011	Set 2011	Dez 2011	Mar 2012
Provisão para Devedores Duvidosos	692.500	735.634	778.499	817.793	936.102

INFORMAÇÕES RELATIVAS AOS INSTRUMENTOS MITIGADORES DO RISCO DE CRÉDITO

As operações referentes ao produto de CDC são garantidas por meio do próprio bem e da cédula de crédito bancária. Para o produto Finame, são garantidas por meio do próprio bem e da nota promissória. Já para os produtos *Leasing* e Finame - *Leasing* são garantidas por meio do penhor de direitos creditórios e de nota promissória. Além disso, de acordo com a classificação de risco do cliente no momento da celebração da operação, há também a possibilidade de solicitação de avalista(s) para complementar as garantias. A alienação fiduciária e o arrendamento mercantil são constituídos por meio de registro do gravame no certificado de propriedade do veículo.



Nas operações de crédito rotativo para Concessionários são solicitadas garantias de acordo com o *Rating* apurado para o Concessionário ou Grupo Econômico, sendo que: quanto melhor o *Rating*, menor a necessidade de apresentação de garantias.

O tema garantias é tratado ainda em um documento elaborado em conjunto com a matriz Volkswagen Financial Services AG utilizado como guia para a aceitação e formalização de garantias, de acordo com o tipo de produto envolvido.

INFORMAÇÕES RELATIVAS AO RISCO DE CRÉDITO DE CONTRAPARTE

A exposição ao risco da contraparte faz parte dos limites de crédito concedidos aos clientes e na possibilidade de uma contraparte não cumprir suas obrigações.

Apresentamos a seguir o valor referente às garantias:

Em milhares de reais

Garantias	Garantias da Carteira de Crédito				
	Mar 2011	Jun 2011	Set 2011	Dez 2011	Mar 2012
Total de Garantias	14.594.470	16.136.804	22.986.345	23.572.322	26.311.808

No caso de operações de aplicações e concessão de carta fiança, é realizada uma análise de risco da contraparte para definição das instituições financeiras autorizadas a operar com a Instituição, bem como o valor dos limites para a realização de operações. O monitoramento dos limites disponibilizados e o efetivamente utilizado pelos clientes é realizado diariamente pela área de gerenciamento de Risco de Mercado.

O valor referente à sobra de caixa da Instituição é aplicado em operações compromissadas lastreadas em títulos públicos (compra com revenda) e/ou aplicação over em depósito interfinanceiro (compra final). Valores demonstrados abaixo:

Em milhares de Reais

PRODUTO	Mar 2011	Jun 2011	Set 2011	Dez 2011	Mar 2012
Compra com revenda	-	166.596	230.000	713.086	509.361
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	27.555	239.501	-	302.072

A fim de proteger o fluxo de caixa futuro do empréstimo no exterior contra exposição à variação cambial (Euro), a Instituição negociou contrato de *swap*, cujos instrumentos financeiros estão custodiados na



Central de Custódia de Liquidação Financeira de Títulos - CETIP e encontram-se registrados em contas patrimoniais, por valores compatíveis com os praticados pelo mercado nessa data.

Os instrumentos financeiros derivativos são valorizados a mercado com base nas cotações divulgadas na BM&FBovespa aplicáveis a operações com características e prazos similares.

1º trimestre de 2012:

Em milhares de reais

Tipo	Nocional	Vencimento	Operação	Ativo	(Passivo)	despesa trimestre
Swap de variação cambial - hedge de mercado	1.729.986	Até Janeiro 2014	Euro X CDI	38.840	(20.604)	(30.476)
	<u>1.729.986</u>			<u>38.840</u>	<u>(20.604)</u>	<u>(30.476)</u>

4º trimestre de 2011:

Em milhares de reais

Tipo	Nocional	Vencimento	Operação	Ativo	(Passivo)	despesa trimestre
Swap de variação cambial - hedge de mercado	1.681.958	Até Novembro 2013	Euro X CDI	45.865	(27.820)	(67.855)
	<u>1.681.958</u>			<u>45.865</u>	<u>(27.820)</u>	<u>(67.855)</u>

3º trimestre de 2011:

Em milhares de reais

Tipo	Nocional	Vencimento	Operação	Ativo	(Passivo)	receita trimestre
Swap de variação cambial - hedge de mercado	1.442.258	Até Agosto 2013	Euro X CDI	87.268	(17.201)	88.844
	<u>1.442.258</u>			<u>87.268</u>	<u>(17.201)</u>	<u>88.844</u>



2º trimestre de 2011:

Em milhares de reais

Tipo	Nocional	Vencimento	Operação	Ativo	(Passivo)	receita trimestre
Swap de variação cambial - hedge de mercado	1.435.723	Até Agosto 2013	Euro X CDI	310	(70.407)	56.071
	1.435.723			310	(70.407)	56.071

1º trimestre de 2011:

Em milhares de reais

Tipo	Nocional	Vencimento	Operação	Ativo	(Passivo)	receita trimestre
Swap de taxa de juros - hedge de fluxo de caixa	202.000	Até Fevereiro 2011	CDI X PRÉ	126
Swap de variação cambial - hedge de valor mercado	970.153	Até Agosto 2013	Euro X CDI	16.297	(30.323)	22.419
	1.172.153			16.297	(30.323)	22.545

Hedge Contábil

O objetivo do relacionamento de hedge do Banco Volkswagen é proteger os fluxos de caixa futuro da variação cambial dos empréstimos no exterior, referente ao seu risco de moeda estrangeira, como disposto na Circular nº 3.082/02. A relação entre o instrumento e o objeto de hedge, além das políticas e objetivos da gestão de risco, foi documentada no início da operação. Também foram documentados os testes de efetividade iniciais e prospectivos, ficando confirmado que os derivativos designados são altamente efetivos na compensação da variação dos fluxos de caixa. As operações de hedge mantidas pelo Banco Volkswagen em 31 de março são classificadas como:

(a) Hedge de fluxo de caixa

Para proteger o fluxo de caixa futuro das captações efetuadas contra exposição à taxa de juros variável (DI), a Instituição possuía contratos de swap, no montante de R\$ 202.000 mil, resgatados em fevereiro de 2011, os quais geraram um resultado positivo de realização no montante de R\$ 126 mil.

No trimestre findo em 31 de março de 2012, não há saldo em aberto referente a hedge de fluxo de caixa.

(b) Hedge de valor de mercado

Para proteger o fluxo de caixa futuro do empréstimo no exterior contra exposição à variação cambial (Euro), o Banco Volkswagen possui contratos de swap a vencer até 2014, com valor nocional no



montante de R\$ 1.729.986. Tais instrumentos financeiros derivativos geraram ajuste a valor de mercado negativo com reflexo no resultado do trimestre de R\$ 30.476.

No trimestre findo em 31 de março de 2012 não há parcela inefetiva relacionada a essas operações de hedge.

INFORMAÇÕES RELATIVAS ÀS OPERAÇÕES DE VENDA DE ATIVOS FINANCEIROS

A Instituição efetuou operação de cessão de crédito oriundos de suas operações de crédito em 2009. Como a cessão foi realizada com coobrigação, a Instituição apurou o risco de crédito destas operações nos moldes da Resolução CMN 2.686/99 até dezembro de 2011.

No trimestre findo em 31 de março de 2012, a Instituição realizou operação de retrocessão desta operação de cessão de crédito.

Apresentamos abaixo o saldo das exposições cedidas com coobrigação:

Descrição	Em milhares de Reais				
	Mar 2011	Jun 2011	Set 2011	Dez 2011	Mar 2012
Saldo das exposições cedidas com retenção substancial dos riscos e benefícios	510.120	434.066	358.535	287.357	-

INFORMAÇÕES RELATIVAS ÀS OPERAÇÕES NÃO CLASSIFICADAS NA CARTEIRA DE NEGOCIAÇÃO

A Instituição possui política, manual de processo e instruções operacionais de trabalho de Risco de Mercado que apresentam os principais conceitos, metodologia utilizada, limites estabelecidos pela alta administração e as responsabilidades de cada departamento envolvido na gestão de Risco de Mercado.

Para a mensuração do risco de taxa de juros, a metodologia utilizada para apuração do Risco de Mercado é o *VaR (Value at Risk)* paramétrico, com Intervalo de Confiança de 99% e horizonte de tempo de 1 (um) dia. São estabelecidos limites de *VaR* e descasamento que são revisados com a periodicidade mínima anual pelo departamento de Risco / Matriz e a aprovação ocorre em Comitê específico que é composto pelos departamentos de Risco, Tesouraria, Gerência Executiva de Finanças e Administração, Controladoria, Diretoria – Operações Gerais e Diretoria – Finanças e Administração .

Além disso, é realizado pelo departamento de Risco teste de estresse e análises de sensibilidade com a periodicidade mínima mensal.

* * *